***Educação financeira em línguas nacionais***

 **Por:**

**João Nʼgola Trindade**

**ngolatr@hotmail.com**

**Luanda, 2015**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Índice** |  | 2 |
|  |  |  |
| Introdução |   | 3 |
| Capítulo I  |  Educação Financeira em Angola  | 5 |
| 1.1 | Introdução  | 5 |
| 1.2 | Conceito de educação financeira | 5 |
| 1.3 | Diversidade linguística: “constrangimento” para a educação financeira em Angola? | 6 |
| Capítulo II | Educação financeira em línguas nacionais | 9 |
|  | 2.1 Introdução  | 9 |
|  | 2.2 Elementos linguísticos de análise | 9 |
|  | 2.3 Educação para a Gestão Financeira | 11 |
|  | 2.4 Projecto Soba: paradigma da Educação Financeira em línguas nacionais | 13 |
|  | 2.5 O exemplo da Rádio N’gola Yetu | 15 |
|  | 2.6 UNACA | 16 |
| Capítulo III | Inquérito | 17 |
|  | 3.1 Introdução | 17 |
|  | 3.2 Depoimentos | 17 |
|  | 3.3 Aspectos a ter em conta | 19 |
|  | 3.4 Desafios do projecto | 20 |
|  | Conclusões e recomendações | 22 |
|  | Bibliografia | 24 |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

 **INTRODUÇÃO**

O Banco Nacional de Angola coordena desde 2009 o programa de *Educação Financeira* que, entre outros objectivos, pretende elevar o nível de literacia financeira da população rural.

A implantação deste programa de âmbito nacional conta com a participação do Banco de Poupança e Crédito, preocupado com a bancarização da população que habita as zonas ruais nas quais predominam as línguas nacionais como meio de comunicação e de educação.

Tendo em conta a sua responsabilidade no mercado financeiro, questiona-se a realização de alguma “actividade em prol da Educação Financeira”[[1]](#footnote-1), da população rural angolana excluída do sistema financeiro. A análise desta questão inclui a problemática do pluralismo linguístico existente em Angola: será ele um "constrangimento" para a Educação Financeira em Angola? Se a resposta for afirmativa, parece-me que somente algumas razões históricas poderão justificá-la. Porém, o uso das línguas nacionais por alguns órgãos de comunicação social, concretamente a TPA e a Rádio N’gola Yetu, levam-me a pensar o contrário.

Pretende-se com este trabalho alcançar os seguintes objectivos: (i) objectivo geral: reflectir sobre a utilidade das línguas nacionais na Educação Financeira dos angolanos; (ii) objectivo específico: analisar alguns aspectos que se poderão concorrer para o alcance das metas preconizadas pela coordenação do referido programa nas zonas rurais.

Para o efeito, consultei alguns dados existentes:

1) No arquivo digital do BNA: as informações disponíveis[[2]](#footnote-2) permitiram conhecer o trabalho coordenado e desenvolvido até aqui para que o programa de Educação Financeira fosse implantado. É importante desde já realçar que nenhum documento consultado faz menção a apresentação do projecto em causa em línguas nacionais. Talvez esta seja uma das razões pelas quais elas sejam consideradas um dos “constrangimentos” para o referido programa.

2) No arquivo[[3]](#footnote-3) do BPC **(**concretamente da DMF) acessível apenas para os trabalhadores desta instituição previamente autorizados: a comparação das informações ajudaram-me a ter uma ideia da noção que “o maior banco comercial” tem sobre o referido projecto.

3) Testemunhos linguísticos: privilegiei para este trabalho apenas duas línguas: umbundu e kimbundu.

Felizmente as línguas angolanas de origem africana têm sido objecto de estudo desde os primeiros contactos com os Portugueses, embora estes, como veremos, tivessem com o decorrer do tempo imposto a língua portuguesa durante o processo de dominação económica e cultural em Angola.

Prova disto é a *Gramática Umbundu* da autoria de Moisés Malumbu na qual o autor aborda a linguagem financeira e as operações matemáticas (adição, subtracção, divisão, multiplicação), facto que desperta atenção para quem lida com as finanças.

 Porém, as obras que serviram de referência para este trabalho são da autoria de Basílio Tchikale[[4]](#footnote-4) e Óscar Ribas[[5]](#footnote-5) nas quais os autores assinalam em língua kimbundu e umbundu conceitos económicos e, simultaneamente lições práticas, de valor pedagógico, para a Educação Financeira. A par destas obras, far-se-á menção ao artigo de Simão Souindoula, *A importância do espírio de poupança nas tradições bantu para o desenvolvimento sustentável de Angola*, que, tal como os títulos já citados, vai de encontro com o propósito deste trabalho.

A pesquisa linguística inclui o inquérito no qual os participantes responderam, em alguns casos, o questionário em língua materna.

De forma resumida, fez-se uma pesquisa documental (arquivística) e bibliográfica completada com entrevistas.

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro começa com uma abordagem sobre a Educação Financeira como conceito e projecto a ser implantado nas zonas rurais; o segundo apresenta uma amostra de alguns elementos linguísticos analisados que ajudam-nos a perceber o lugar das línguas nacionais na Educação Financeira e aponta algumas instituições que poderão contribuir no referido projecto ;o terceiro e último apresenta os resultados do inquérito feito e alguns elementos que podem concorrer para a efectivação e o êxito do programa.

Oxalá este texto contribua para a dinamização da Educação Financeira dos bantofonos angolanos excluídos do sistema financeiro.

 **Capítulo I – Educação Financeira em Angola**

* 1. **Introdução**

Como todo e qualquer projecto de desenvolvimento, a Financeira deverá levar em conta os factores culturais do espaço geográfico onde será implantada. Abordaremos aqui as línguas nacionais como meios de comunicação e de educação, em geral, e financeira em Angola.

**1.2 Conceito de educação financeira**

A educação é um processo de transmissão e recepção de conhecimentos e informações úteis para a sua vida. Envolve comunicação esta requer o conhecimento e a utilização língua – elemento que permite a interligação e compreensão entre o emissor e receptor da mensagem.

Para o tema em reflexão, a Educação Financeira é um processo que consiste na difusão, recepção e uso da "informação financeira de forma mais eficiente e de modo mais adequado"[[6]](#footnote-6) [...]; contribui [de] modo mais eficiente para a formação de indivíduos e de sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro"[[7]](#footnote-7).

É ainda definida como "o processo mediante o qual os indivíduos e a sociedade melhoram a sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros"[[8]](#footnote-8). O acesso à informação sobre a existência destes pelos habitantes das zonas rurais e a sua bancarização - foco da nossa abordagem – pressupõe, obviamente, interacção entre os prestadores de serviços bancários e um segmento populacional definido que se deseja alcançar e influenciar a sua escolha na adesão e uso dos produtos financeiros que são colocados á sua disposição.

Deste modo, a eficácia da comunicação entre o emissor e o receptor da informação financeira é condicionada pelo uso da língua por meio da qual se pretende atingir um dos objectivos da Educação Financeira traçados pelo Banco Nacional, a saber: a inclusão financeira da “população rural”.

Nesta linha de pensamento, definimos a Educação Financeira em línguas nacionais como um programa de massificação da informação sobre os produtos e serviços bancários por meio das línguas nacionais de uso preferencial pelos habitantes das zonas rurais.

Pretende-se que com este programa haja mudança de mentalidade, e consequentemente a adopção de novos comportamentos[[9]](#footnote-9) pelo cidadão no seu relacionamento com os prestadores de serviços[[10]](#footnote-10) e produtos bancários. Ou seja, a Banca.

Sendo um acto de interação focado na transmissão e aquisição de conhecimentos e informação financeira, a língua local, como veremos, desempenha um papel muito importante na aproximação entre a Banca e os habitantes das zonas rurais, potenciais consumidores dos produtos bancários.

**1.3** **Diversidade linguística: “constrangimento” para a Educação Financeira em Angola?**

Achamos oportuno reflectir sobre a seguinte questão: será a “multiplicidade de línguas nacionais” um dos “constrangimentos” para a efectivação da Educação Financeira em Angola?

Pelo que é dado a entender, a resposta afirmativa[[11]](#footnote-11) à questão colocada fundamenta-se na ideia segundo a qual é impossível conceber um programa de Educação Financeira em línguas nacionais.

Na verdade, este argumento reflecte a mentalidade alienada[[12]](#footnote-12) criada durante o periodo colonial, de dominação cultural por meio do *assimilacionismo* que impunha ao angolano a obrigação de comunicar-se apenas em língua portuguesa[[13]](#footnote-13), e simultaneamente proibia-o[[14]](#footnote-14) de falar a língua materna. Na visão colonial, esta associava-se ao indígena igualmente qualificado pelo português de “irracional”[[15]](#footnote-15) e “improdutivo economicamente”.

A elevação deste ao estatuto de “civilizado” pressupunha, entre outros requisitos, a fluência no uso da língua portuguesa – o meio com o qual se pretendia *aportuguesar* o angolano e por meio do qual se estabeleciam relações económicas desiguais entre colonizadores e colonizados.

Não admira que as línguas nacionais, associadas pejorativamente aos “cães”[[16]](#footnote-16) pelos colonizadores, estivessem excluídas do circuito bancário[[17]](#footnote-17) presente nos centros urbanos no qual a comunicação era um facto marcado pelo uso da língua portuguesa representativa da civilização, conceito oposto à bárbarie – o estado de degeneração em que, segundo os portugueses, se encontravam os angolanos.

Deste modo, o pensamento segundo o qual a diversidade linguística não favorece a implementação da Educação Financeira em línguas nacionais, cujo predomínio nas zonas rurais sobre o português é um facto constatável, traz consigo a marca do discurso colonial, exclusivista[[18]](#footnote-18), pois ao não reconhece-las como portadoras de informação[[19]](#footnote-19) e conhecimento tende a perpetuar o afastamento da maior parte da população angolana do acesso aos produtos bancários, dentre os quais o crédito agrícola e não só.

No referido enunciado, é ainda notória a exclusão dos falantes das línguas africanas, (agricultores, criadores de animais, etc.), do conceito de micro empresários e, em certa medida, esta atitude será a justificativa para que não se crie um Programa de Educação Financeira em línguas nacionais. É possível até que o indivíduo que se apoie nelas para desenvolver o projecto em causa venha a ser chamado de primitivo ou louco neste mundo dominado culturalmente pela língua inglesa – símbolo de poder, sofisticação e desenvolvimento mental.

Se assim for, estaremos diante de um paradoxo, pois, está em causa a inclusão do maior número de cidadãos, independentemente da sua origem etnolinguística, no sistema bancário. Uma vez que a maioria destes verbaliza em línguas nacionais, porque não usá-las como ferramenta de Educação Financeira de um segmento populacional específico, ao invés de considera-las um “constrangimento” na implantação ção de um programa de inclusão financeira no meio rural? Não será o seu desconhecimento o factor que inviabiliza a Educação Financeira nas zonas rurais?

Vamos nos debruçar de seguida sobre esta questão.

 **Capítulo II – Educação Financeira em línguas nacionais**

**2.1 Introdução**

Pretendemos aqui demonstrar como os produtos bancários podem ser promovidos em línguas nacionais. Algumas instituições serão mencionadas como parceiras do projecto em causa.

**2.2 Elementos linguísticos de análise**

Nas zonas rurais, a língua local é o meio pelo qual se processa a educação e a comunicação – actos concretizáveis apenas pela sua utilização que, inclusivamente no circuito comercial, viabiliza contactos e a realização de negócios; ela “é o meio através do qual o povo [...] concebe o mundo que o cerca e age sobre ele”[[20]](#footnote-20).

 Na língua umbundu os termos *elilongiso* e *olombongo* trazem consigo, respectivamente, os sentidos de *ensino*; *aprendizagem*, e *dinheiro*[[21]](#footnote-21). Assim sendo, se ao primeiro termo associarmos o segundo teremos a noção/ideia de *Educação Financeira*.

Este processo ganha dimensão cultural na medida em que, para além da vertente económica (estimular o consumo dos produtos bancários por meio da língua local e por via deste acto assegurar o lucro), apresenta uma dimensão cultural[[22]](#footnote-22), consubstanciada na valorização deste meio de comunicação e na garantia da sua sobrevivência no mundo em que a cultura ocidental, particularmente a língua inglesa, [[23]](#footnote-23) imposta à escala global, coloca em perigo a existência das culturas locais.

O uso das línguas nacionais na Educação Financeira assenta na ideia segundo a qual a cultura - na qual o indivíduo é educado - é o quadro de referência do angolano que com ela aspira atingir o desenvolvimento local/regional, e nacional. Especialistas em Educação reconhecem unanimemente que a compreensão[[24]](#footnote-24) enquanto processo de interiorização/assimilação de conteúdos decorre com maior rapidez e facilmente quando estes são transmitidos na língua (materna) do receptor.

Segundo esta corrrente de pensamento, o projecto de desenvolvimento de um País deve, a semelhança do que acontece na China e no Japão[[25]](#footnote-25), incluir a cultura deste expressa nas suas línguas durante a concepção, produção, divulgação e consumo de produtos materiais e imateriais.

No caso em apreço, as línguas nacionais são os meios de exteriorização do pensamento económico de um povo; por meio delas partilha-se conhecimento e entendimento sobre conceitos económicos a gestão dos recursos e atendem a necessidade comunicação comercial do circuito bancário por meio de terminologias através das quais os seus falantes[[26]](#footnote-26) manifestam possuir dominio de conceitos económicos, conforme o exemplo que segue:

*Kasoleka oheta hokuluko*[[27]](#footnote-27)

 No contexto da Educação Financeira, o apelo acima expresso é dirigido ao indivíduo que esbanja os seus recursos em pouco tempo e de seguida enfrenta dificuldades que obrigam-no a pedir ajuda ao participante da festa patrocinada por si. A experiência descrita permitiu aos bantus adquirir um cojunto de conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitem, a partir do presente, evitar dificuldades de ordem financeira que possam surgir no futuro, conforme o pensamento expresso nos seguintes termos: “Iá ixi: «Ngidia, ngizedekesa nzala ienda kimenomene»” (quem guarda previne-se)[[28]](#footnote-28) .

De facto, a racionalidade económica impõe disciplina na gestão dos recursos à disposição do indivíduo que no presente usa-os para no futuro enfrentar os desafios que se lhe apresentarem.

Nesta linha de pensamento, achamos ser interessante a reflexão que nos sugere a seguinte frase:

*Kʼolombongo kakuli ukamba*[[29]](#footnote-29)

O incumprimento do *Prazo do Reembolso* do valor (crédito) concedido é um facto que pode ocorrer por vários motivos. Tratando-se do cliente que beneficiou da concessão do crédito por intermédio do amigo (bancário), a tendência será a de pensar que o dinheiro em causa lhe fora emprestado pelo seu companheiro, e dirá o seguinte: “crescemos juntos, somos amigos de longa data. Portanto, não há urgência em devolver-lhe o dinheiro”.

Nesta situação, aconselha-se a separar as relações amistosas e ao cumprimento do comprimisso assumido com o Banco, entidade empregadora do seu amigo à quem este está obrigado a apresentar resultados do seu trabalho que, obviamente, espara-se que seja positivo. Pois, ainda que o amigo tivesse sido o credor, certamente exigiria o cumprimento do acordo firmado que previa o reembolso do valor emprestado com a sua respectiva taxa de juros. Isto é, *amigos, amigos. Negócios à parte* [[30]](#footnote-30).

Vejamos ainda o que nos diz a sabedoria dos ambundos, falantes da língua kimbundo:

 Mona ua kinema, mama ni tata u-um-ijia[[31]](#footnote-31).

Eis aqui um conselho para quem faz algum negócio: a semelhança da mãe que cuida zelosamente o seu filho, deve o dono de algum negócio, isto é, o indivíduo com espírito empreendedor, assumir a sua gestão com rigor e profissionalismo, ao invés de atribui-la a outrem. Agindo assim poderá "uabaka, uabakela akuá"[[32]](#footnote-32), isto é, lucrar e aplicar os seus rendimentos na criação de novos postos de trabalhos.

Conclui-se então, que o indivíduo cuja vida empresarial é regida pelos princípios de boa gestão financeira, promove o crescimento e o desenvolvimento económico e social da sua comunidade.

**2.3 Educação para a Gestão Financeira**

Os povos bantu asseguram a sua sobrevivência por meio da agricultura[[33]](#footnote-33), a pastorícia[[34]](#footnote-34), a pesca[[35]](#footnote-35), entre outras actividades que são igualmente a fonte da sua riqueza. A acumulação de bens produzidos (cereais, animais, etc.) manifesta o *espírito empreendedor e de poupança presente nas culturas bantu*[[36]](#footnote-36)*.*

Todavia, a produção e acumulação de bens materiais atende, maioritariamente, as necessidades básicas. O fomento das actividades económicas acima mencionadas, por meio do “microcrédito”[[37]](#footnote-37), reflecte a intenção de se promover o crescimento e o desenvolvimento económico nas comunidades rurais. Todavia, a concessão de empréstimo bancários aos microempreendedores existentes nas zonas rurais motiva uma reflexão em torno de uma questão que achamos ser pertinnte: estarão os beneficiários dos créditos bancários habilitados a geri-los?

Esta questão se justifica não só pelo desconhecimento e uso dos serviços bancários, mas igualmente pela falta de educação para a gestão dos recursos financeiros.

Deste modo, a ***Educação para a Gestão Financeira*** apresenta-se como um elemento indispensável para o desenvolvimento:

a) **Económico-social**: para além de consciencializar o produtor local sobre os benefícios que terá ao aderir aos produtos bancários, ela habilita o microempreendedor a gerir responsavel e racionalmente os recursos financeiros e materiais com o propósito de maximizar os seus rendimentos e cumprir com o prazo de reembolso. Será possível atingir esse objectivo?

A redução dos gastos, a reserva de capital, e a sua rentabilização por meio de um negócio traduzem a mentalidade do indivíduo disciplinado, que no presente planifica o seu futuro baseado no pensamento segundo o qual ***“wasolekele ukulu”***. Ou seja, *quem poupa e investe o seu dinheiro, terá benefício no futuro.*

b) **Cultural**: a inclusão das línguas nacionais na Educação Financeira contribui para a preservação da identidade cultural das diversas comunidades linguísticas existentes em Angola; a sua utilização desperta o angolano para a valorização e promoção da língua materna. Além disso, garante o seu desenvolvimento.

Pois, se por um lado a Educação Financeira em línguas nacionais permite a assimilação da informação financeira num curto espaço de tempo, o que nem sempre é possível com o português, por outro lado, ela traz consigo o reconhecimento do contributo prestado pela Autoridade Tradicional no desenvolvimento económico e cultural da sua comunidade.

**2.4 Projecto Soba: paradigma da Educação Financeira em línguas nacionais**

Nas comunidades rurais o *soba* representa os ancestrais que o elegeram como chefe tradicional; é o conhecedor da terra e da sua história[[38]](#footnote-38), guardião das tradições dos antepassados e um exímio falante da língua do seu povo.

A sua capacidade de mobilizar a população para os mais diversos projectos é um facto histórico, e o Executivo Angolano reconhece-o como interlocutor da sua comunidade; com alguma regularidade reúne com esta personalidade para, entre outros objectivos, receber as suas propostas para a solução dos problemas que afligem a sua comunidade, e mantê-lo informado sobre os planos de desenvolvimento concebidos para as zonas rurais.

Por este e outros motivos, o *soba,* para além de ser uma *autoridade respeitada*, é igualmenteuma *fonte de informação credível*[[39]](#footnote-39) tanto para a comunidade quanto para as empresas interessadas em conhecer as potencialidades económicas[[40]](#footnote-40) existentes na sua zona de jurisdição para onde, neste caso, se pretende desenvolver projectos de desenvolvimento e de inclusão financeira por meio da expansão dos serviços e produtos bancários.

Uma vez que todo o projecto nas zonas rurais está de algum modo condicionado pelo envolvimento da autoridade tradicional, engajada desde os tempos imemoriais na busca do bem-estar para a sua comunidade, o Banco de Poupança e Crédito na sua estratégia de marketing comercial com elevado pendor cultural concebeu o *Projecto Soba* que destaca o soba como *promotor*[[41]](#footnote-41)dos seus serviços, e igualmente *educador* *financeiro* no seio da sua comunidade.

Para atingir este objectivo, o Banco capacita-o com conhecimentos básicos transmitidos na língua local sobre os produtos bancários e a sua importância para os microempreendedores existentes na sua comunidade[[42]](#footnote-42).

De facto, o projecto em apreço para além de ser um programa de inclusão financeira[[43]](#footnote-43) destinado aos habitantes das zonas rurais com potencialidades económicas, afigura-se igualmente como o pioneiro na Educação Financeira por meio das línguas nacionais em Angola, pois, elas são o meio privilegiado de comunicação no meio rural no qual se desenvolvem actividades produtivas que carecem de financiamento[[44]](#footnote-44).

A utilização da língua local no contacto entre o Banco e a Autoridade Tradicional e os seus auxiliares, cria um circuito informativo no qual aquele divulga por meio destes canais os seus serviços no seio da comunidade, concretamente os empreendedores locais, para que adiram aos serviços prestados pelo Banco.

Este projecto confere dignidade às línguas nacionais no estreitamento das relações entre o Banco e os produtores de bens de consumo, falantes das línguas[[45]](#footnote-45) das suas respectivas comunidades, e para além do seu carácter comercial, tem uma componente pedagógica, consubstanciada na formação e informação sobre a gestão dos recursos financeiros.

O lançamento do *Projecto Soba* testemunhado pelo *Mwanangana* – suprema autoridade tradicional entre os ngangela – ocorrido em 2013, na cidade de Menongue, deita por terra o argumento insustentável sobre os "constrangimentos (?) da multiplicidade das línguas nacionais", por si só demonstrativo do conformismo com a rejeição da cultura[[46]](#footnote-46) local/nacional, concretamente as línguas angolanas de origem africana, presente na educação de todos os povos que habitam o território angolano (Ambundu, Kwanhama, Ngangela, etc.).

 **2.5 O exemplo da Rádio N’gola Yetu**

Nas zonas rurais, a Rádio detém a primazia sobre a televisão e o jornal enquanto fonte de informação[[47]](#footnote-47) dos cidadãos. Este facto encontra explicação nas características que ela apresenta, dentre as quais mencionamos:

- a sua mobilidade: pode ser levado em qualquer lugar sem grande esforço;

- a fonte de energia alternativa (pilhas), e que, obviamente, assegura o seu funcionamento é adquirida a um preço acessível permitindo que o seu utente esteja use o aparelho e esteja permanentemente informado ainda que esteja localizado nas mais recônditas regiões do País.

Estes factores que estarão na base da recomendação relativa a “amplificação da programação radiofónica em línguas nacionais”[[48]](#footnote-48), motivam-nos a pensar na possibilidade do uso destas num programa de rádio inserido na estratégia de marketing do programa de Educação Financeira.

Sobre este assunto, achamos oportuno realçar o trabalho realizado pela *Rádio Ngola Yetu.* A sua existência, e a função que desempenha há mais de três décadas, reforçam a ideia segundo a qual é possível educar financeiramente os povos bantu que habitam o território angolano através dos seus idiomas. Por outras palavras, podemos dizer que o referido canal afecto à Rádio Nacional de Angola é um testemunho diário, indismentível (e porque não irrefutável) da utilidade e eficácia das agora chamadas “línguas angolanas de origem africana” – elemento de comunicação usado desde os tempos imemoriais pelos povos bantu.

A sua utilização visa atingir um dos objectivos da Educação Financeira: facilitar[[49]](#footnote-49) o entendimento da informação[[50]](#footnote-50) sobre a utilidade dos serviços bancários.

Nesse sentido, a criação e transmissão de programas sobre microcrédito em línguas nacionais, no âmbito duma possível parceria entre o Banco e este importante órgão de difusão massiva[[51]](#footnote-51), com cobertura nacional, poderá resultar:

1. Na inclusão de um maior número de cidadãos no sistema financeiro;
2. Na adopção de novos comportamentos financeiros e, igualmente, no relacionamento com a Banca;

Conclue-se então que, no dominio do chamado marketing comercial e cultural inserido na Educação Financeira, a Rádio N’gola Yetu afigura-se como um potencial aliado do referido programa pelo facto de o seu produto informativo ter como alvo um segmento da população angolana excluída do sistema financeiro/bancário angolano.

 **2.6 A UNACA**

O desenvolvimento económico das zonas rurais é um processo que deve contar com a participação de instituições como a União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA). Por quê?

*A existência de um produto denominado* ***Crédto de Campanha Agrícola*** *com forte impacto na vida das comunidades rurais [...] implica um contacto directo com [os] membros filiados [na] UNACA (União Nacional dos Camponese de Angola).*

*A importância dessa classe socioprofissional relaciona-se com a Segurança Alimentar em Angola, a produção e auto-suficiência de bens alimentares e a redução da dependência de produtos de primeira necessidade na sua maioria importados pelos angolanos.*

*Assim sendo, torna-se imperioso o conhecimento das condições exigidas pela banca por meio de campanhas de sensibilização*[[52]](#footnote-52)*.*

O reforço da cooperação com o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) poderá ser frutífera tendo em conta a formação ministrada com finalidade de capacitar os microempresários em matéria de gestão financeira e não só.

Com efeito, o combate à pobreza abrange a transmissão e aquisição de conhecimentos sobre as modernas técnicas de gestão que poderão ser associadas à gestão tradicional[[53]](#footnote-53).

Portanto, a massificação da informação financeira constotui um elemento indispensável no processo de Educação Financeira.

**Capítulo III - Inquérito**

**3.1. Introdução**

Neste capítulo iremos apresentar o resultado do inquérito realizado durante um mês no qual participaram cidadãos nascidos em diferentes grupos etnolinguísticos existentes em Angola.

O facebok enquanto espaço de debate permitiu a interação com vários cidadãos; noutras ocasiões distribuimos questionários por meio dos quais os inquiridos foram questionados sobre: (i) a importância ou as vantagens que os clientes teriam caso a comunicação com o banco fosse feita nas suas línguas maternas; (ii) o que achavam da criação de um programa de rádio em línguas nacionais de educação financeira ; (iii) o lugar que o soba poderia desempenhar no processo de massificação da informação financeira.

Elegemos como critério de selecção dos inquiridos:

- o uso da língua falada na localidade onde o indivíduo nasceu;

- a vivência nas zonas rurais.

**3.2 Depoimentos**

Os inquiridos são de opinião de que a utilização das línguas nacionais no projecto em análise seria uma “mais valia” para o tanto para o Banco quanto para os clientes que deste modo compreenderão facilmente a informação transmitida pelo funcionário bancário. Isto de um lado. Por outro lado, dispensariam os préstimos de um tradutor uma vez que o contato com o (a) atendente seria directo.

 Assim sendo, aplaudem a criação do Projecto Soba e sugerem que o mesmo seja implantado em toda a extensão do território nacional, particularmente nas zonas rurais. “São [...] projectos [como esses] que trazem desenvolvimento” ao País – afirma um dos inqueridos.

Os cidadãos reprovam veementemente a ideia de que a diversidade linguística seja um “constrangimento” para a Educação Financeira. “A minha mãe fala kimbundu, portanto, não sei como é que alguém pode pensar assim” – declara Annete Kizenga.

Um estudante universitário foi mais contundente ao dizer que “somente um português” [colonialista] poderia ter pensado que as línguas nacionais serão um obstáculo para a Educação Financeira de um povo.

 Conforme já o dissemos, o assimilacionismo criou no angolano o sentimento de rejeição[[54]](#footnote-54) das línguas nacionais, como meio de comunicação e elemento de identidade cultural. Isto está patente no depoimento de uma estudante universitária que diz o seguinte: “não tenho motivo algum para falar” [nenhuma língua nacional][[55]](#footnote-55).

A possibilidade de criação de um programa radiofónico em línguas nacionais de Educação Financeira foi assinalada como um meio que contribuiria para a a elevação da cultura bancária entre os angolanos que residem nas zonas rurais, inclusive na periferia com predominância das línguas nacionais.

Paula Alves, trabalhadora do BPC na Província do Huambo, lamenta a falta de apoio dos seus superiores hierárquicos em Luanda:

“Nós tinhámos proposto à quem de direito, por meio de um documento, que tivéssemos uma parceria com a Rádio Nacional no Huambo. […]; [contactámos] um jornalista que [apresenta] um programa em umbundu, e com o qual deveríamos firmar uma parceria para divulgar as boas práticas e as más práticas para incutir nas pessoas o facto de que o [micro] crédito é uma responsabilidade; o crédito é um valor que se dá para desenvolver uma certa actividade mas com reembolso acrescido de um juro, uma taxa de juro”.

Mas nós não recebemos autorização para fazê-lo. Divulgamos o projecto quando vamos às aldeias e falamos com o soba”.

A situação descrita pela coordenadora do microcrédito do BPC no Planalto Central impõe aos técnicos a obrigação moral de promoverem os serviços e produtos bancários a um segmento populacional reduzido comparativamente ao que poderia ter sido alcançado com um programa de rádio apresentado em língua umbundu.

Para o antropólogo Boubakar Namory Keita a língua é um elemento importante na educação, em geral, dos membros de uma comunidade[[56]](#footnote-56). O especialista em Diversidade Cultural sugere uma reflexão em torno da seguinte questão: “imagine o impacto que pode trazer o uso da língua local por um gerente ou um director do BPC no contacto com a clientela”?

O professor universitário é de opinião que “este exemplo” deveria “partir da superestrutura [ Conselho de Administração] do BPC. Porém, não sei quantos membros da hierarquia máxima desta empresa falam línguas nacionais” – acrescenta o professor universitário.

Por sua vez, o jurista Afonso José, sub-director de Microfinanças, concorda com a proposta de criação de um programa de rádio em línguas nacionais para que se eduque financeiramente o povo. “Em determinados foruns faço questão de falar sobre o crédito e outros produtos financeiros em kimbundu”.

Sobre o papel desempenhado pelo Soba enquanto Educador Financeiro, Jacinto Wakussanga pensa que “é possível fazer-se algo nessas comunidades mobilizando as autoridades tradicionais”.

Por sua vez, as autoridades tradicionais sentem-se cada vez mais valorizadas por terem sido integradas neste projecto no qual são o rosto visível e declaram ter projectos de desenvolvimento agricola e que concorram para a dignificação dos titulares do poder tradicional.

Portanto, a Educação Financeira em línguas nacionais por meio do Projecto Soba contribuirá para o aumento da renda dos sobas, uma vez que o atraso na redistribuição dos salários pela Associação das Autoridades Tradicionais (ASAT) tem contribuído grandemente para a difícil situação em que se muitos deles se encontram.

**3.3. Aspectos a ter em conta**

Para além das questões analisadas, importa referir que a Educação Financeira em línguas nacionais por meio do Projecto Soba é uma oportunidade para o início de uma carreira profissional. Logo, a sua execução e êxito dependerá muito do engajamento dos técnicos que nele estiverem envolvidos. O recrutamento destes deverá responder as necessidades de recursos humanos necessários para a expansão dos serviços do Banco e deve ter como requísito principal o domínio da língua, pois esta será a sua principal ferramenta de trabalho.

O candidato que vier a concorrer para uma vaga deverá:

- ter disponiblidade para trabalhar no meio rural, pois este será o seu campo de actuação;

- possuir alguma experiência de trabalho nas zonas rurais.

Os dois pontos interliga-se na medida em que o candidato a Educador Financeiro, como é óbvio, manifestará inicialmente disponibilidade para trabalhar nas zonas rurais. Contudo, com o decorrer do tempo, tendo sido já admitido no Banco, poderá mostrar-se indisponível para continuar a trabalhar distante da cidade. O pedido de transferência para a Banca Clássica afigura-se como inevitável tal como é a seguinte questão: estaria o (a) trabalhador (a) realmente disposto em trabalhar no meio rural? Não terá ludibriado o entrevistador quando concorria para ocupar uma vaga?

Esta situação pode ser acautelada se a experiência de trabalho nas comunidades rurais for levada em conta e adoptada como um requísito a ser apresentado pelo candidato. Esta exigência pode ser satisfeita pelos Educadores Sociais[[57]](#footnote-57), por possuirem uma formação transversal que os habilita a desenvolverem trabalhos de desenvolvimento comunitário dentro e fora da cidade.

Outro aspecto a ter em conta relaciona-se com a entrevista aos candidatos selecionados: é aconselhável que ela seja conduzida por um trabalhador que fale a língua local. O entrevistador deverá ater-se à proficiência ou dominio deficiente da língua conforme já o dissemos.

Sobre este assunto, a inexistência de critérios de selecção para a selecção e recrutamento de técnicos de microfinanças deveria motivar os técnicos de Recursos Humanos a introduzir melhorias no processo de recrutamento de candidatos/trabalhadores que serão seleccionados com o propósito de trabalhar neste projecto.

 **3.4 Desafios do projecto**

Um elemento importante que não deve ser ignorado é a legitimidade do soba escolhido para integrar o projecto em causa. Esta preocupação fundamenta-se pelo facto de durante o conflito armado certos indivíduos terem sido nomeados à margem dos pressupostos costumeiros para o exercício, puramente nominal, do poder tradicional cuja legitimidade assenta na: (i) ligação ancestral; (ii) na pertença linhageira; (iii) no reconhecimento pelos *makotas* e; (iv) na passagem pelos rituais de iniciação que conferem ao indivíduo poderes no plano espiritual, político, judicial, económico, etc., reconhecidos pela comunidade e pelo Executivo.

Contudo, com o advento da paz, a autoridade «tradicional» exercida em muitas regiões do nosso País começou a ser questionada pelos membros da linhagem do soba que afirma possuir a legitimidade para exercer a autoridade na zona para onde, nesse caso, o Banco tenciona expandir os serviços por meio desta entidade.

A identificação dos sobas com legitimidade costumeira intermediar os interesses do Banco com o da comunidade no âmbito de Projecto Soba e simultaneamente da Educação Financeira[[58]](#footnote-58) é uma problemática que merece ser analisada profundamente por uma equipa multidisciplinar que deverá ser formada por antropólogos, sociólogos, historiadores, e linguistas com o propósito de se acautelarem situações imprevistas que poderão ser motivadas pelos factores acima referidos.

Uma vez que a criação do Projecto Soba exigiu a realização de estudos económicos e financeiros, e tendo em conta a sua dimensão cultural, por que não solicitar igualmente o parecer técnico-científico dos antropólogos, sociólogos, historiadores e linguístas sobre o impacto sociocultural que o projecto poderá exercer futuramente no seio das comunidades rurais?

O envolvimento dos especialistas acima mencionados ajudaria o Banco a estar munido de uma equipa de consultores que prestaria o seu humilde contributo no desenvolvimento de um projecto de dimensão nacional e que trará benefícios na vida económico-financeira e igualmente cultural em Angola.

**Conclusões e recomendações**

Seria repetitivo realçar a utilidade das línguas nacionais na Educação Financeira dos seus usuários; a sua utilização no referido programa dinamiza um projecto de desenvolvimento económico e cultural, na medida em que o conceito de desenvolvimento não se limita apenas ao aspecto material.

A Educação Financeira em línguas nacionais quebra o mito, defendido por algumas mentes alienadas segundo o qual é possível assimilar os conceitos económicos apenas em línguas europeias (como o português,) consideradas as mais desenvolvidas e as únicas com as quais se podem conceber planos de desenvolvimento[[59]](#footnote-59).

Em certa medida a ideia acima exposta tem como substrato a ocidentalização imposta por projectos concebidos pela Europa, ou, na pior das hipóteses por mentes aparente e plenamente “ocidentalizadas”.

A exclusão dos especialistas de diversas áreas do conhecimento como a Linguística, a Antropologia, a História, etc., da criação de projectos que atenderiam as reais necessidades dos seus destinatários é outro factor que, infelizmente, tem contribuido para a consolidação do pensamento segundo o qual as linguas nacionais seriam um “constrangimento” para a Educação Financeira.

 A formação de técnicos superiores nas referidas especialidades não tem sido acompanhada por uma campanha de consciencialização das entidades empregadoras sobre o protagonismo que os mesmos podem e poderão vir a ter no desenvolvimento de vários projectos de desenvolvimento económico-financeiro e cultural em Angola.

Esta tarefa – a de promoção de cursos mencionados – deve ser desempenhada pelas instituições de ensino superior como a Faculdade de Letras e a de Ciências Sociais da Universidade Agostinho junto das organizações, empresas públicas e privadas existentes em Angola.

Para o futuro, prevê-se que a colaboração com os referidos técnicos poderá ser frutífera na concepção de documentos em línguas nacionais para o Banco e na emissão de emissão de pareceres técnico-científicos sobre vários projectos de impacto socio-cultural que forem criados.

Se assim procederem, as instituições financeiras estarão munidas de estudos e de técnicos qualificados que irão prestar um serviço relevante na comunicação oral e escrita com as comunidades rurais para onde são e serão comercializados os seus produtos.

Trata-se de um desafio para os linguistas, antropólogos, e não só, que pretendam afirmar-se como consultores de instituições financeiras cujos projectos terão efeitos a curto, médio e longo prazo.

**Fontes e Bibiliografia**

**Documentos**

BNA, *Educação Financeira em Angola: um projecto do Banco Nacional de Angola*, Lisboa, 2013. Disponível em http: [www.bcplg](http://www.bcplg). org/siteColletion. Documento consultado no dia 20/10/2015.

BPC, BRÁZIO, Jorge (consultor), *Projecto Soba: proposta pata análise e apreciação,* Luanda, 2011.

BPC/DPT, *Processo de Bancarização – Educação Financeira*, s.l., 13/08/2014.

BPC/DMF, *Educação Financeira,* s.l, 09/02/2014.

DELOITTE, *Projecto Soba. Expansão da rede de serviços de distribuição através de canais de prestações de serviços – Apresentação da Operativa Soba*, s.l., 2012a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Projecto Soba – Oferta a comercializar,* s.l., 2012b

\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *Projecto Soba. Expansão da rede de serviços de distribuição através de canais de prestações de serviços – Comité de Steering*, s.l., 2012c.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_*Projecto Soba – Impactos Financeiros e Beneícios Sociais,* s.l., 2012d.

*Serviços bancários mínimos*. Disponível em <http://www.abanc.ao/educacao-financeira/conhecer> a. Documento consultado no dia 18/08/2015.

SILVÉRIO, Rosa, *Projecto Soba – Parecer*, Luanda, 2011.

**Fontes orais**

José Mundongo (Kawata), soba no Kela, Malanje.

João Aza Mwanza, soba no Kela, Malanje.

**Livros**

*Algumas implicações socioeconómicas e reliiosas na comunidade kìmbùndù: os túmúndòngò do baixo vale do rio Kwànzà*, in: “Os túmúndòngò, os «génios» da natureza e o kilàmba. Estudos sobre a sociedade e a cultura kímbùndù”*,* 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2010.

BAMGDOSE, *apud* ZAU, Filipe, *Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento*, Movilivros, Luanda, 2013.

BENDER, Gerald, *Angola sob o domínio português. Mito e Realidade*, 2ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2009.

CALEY, Cornélio, Ciências *Sociais e a dimensão cultural do desenvolvimento*, in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais, edições Mulemba e Pedago, vol. I, nº 2, FCS/UAN, Luanda, 2011.

CIPRIANO, Sony Kambol, *O uso e o impacto* *das línguas locais*, in: “1º Encontro de Reflexão sobre Cultura e Ambiente no Leste de Angola”, ASLESTE, Luanda, 2004.

COELHO, Virgílio, *Textos orais e praxis ákwàkìmbùndù: Kímàláwèzu Kya Túmba à Ndàlà – Um modelo de conduta, um modelo cultural*, in: METAMORFOSES, nº 3, FL/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

DILOLWA, Carlos Rocha, *Contribuição à História Económica de Angola*, 2ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2009.

GUERRA, Henrique, *Estrutura Económica e Classes Sociais. Os últimos anos do colonialismo português em Angola*, Edições 70, 1979.

KWONONOKA, Américo, *Diversidade, educação e interculturalidade como fundamento para a consolidação da Nação Angolana*, in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais, vol. II, nº3, FCS/UAN, Luanda, 2012; Idem, *A dimensão histórica das autoridades tradicionais. O caso de Mwacissengue e Nyakatolo*, in: ASLESTE, “1º Encontro de Reflexão sobre Cultura e Ambiente no Leste de Angola”, Luanda, 2004.

MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, KWONONOKA, Américo (coord.), *A pastorícia. Exposição Temporária do Museu Nacional de Antropologia*, Luanda, 2009. Texto cedido pelo ex-director do Museu Nacional de Antropologia, Américo Kwononoka.

KEITA, Boubacar Namory, *Línguas, palavra, identidade e desenvolvimento*, in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais, vol. I, nº 2, FCS/UAN, Luanda, 2011.

IDEM, *Antropologia Cultural e Social (ou Etnologia). Texto de estudo*, s.l., s.d.

KUKANDA, Vatomene, *O papel da Autoridade Tradicional no Desenvolvimento das Línguas Nacionais*, in: Oliveira, Ana Maria de (coord.), “1º Encontro Nacional sobre Autoridade Tradicional em Angola”*,* 1ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2003.

MALUMBU, Moisés, *Angola – Gestão e Dinâmica dos Recursos*, Edizioni Viveri In, Roma, 2005; Idem, *Gramática da Língua Umbundu*, Edizioni Viveri In, Roma, 2007.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, *II Enconto Nacional sobre Autoridade Tradicional em Angola. Comunicado Final*, Luanda, 2008.

MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, KAVULA, Mateus (coord.), *O Poder Tradicional em Angola*. Exposição Temporária Alusiva ao 35º Aniversário da Independência em Angola, Luanda, 2011.

*As línguas faladas,* in: HENDERSON, Lawrence W., “A Igreja em Angola”*,* 2ª edição, Editorial Além-Mar, Luanda, 2001

*O Grupo Ambo – Criadores de gado lavradores*, idem, ibidem.

*O Grupo kimbundu – O centro da assimilação*, idem, ibidem.

*O Grupo Herero – verdadeiros pastores,* idem, ibidem*.*

ORTIZ, Renato, *Cultura e Desenvolvimento,* V Campus Euroaamericano D Cooperação Cultural Almada, Portugal, 2007. Disponível em [http://www.ufrgs.br/8731 A33A -8935-4958-B3 CA-B8873](http://www.ufrgs.br/8731%20A33A%20-8935-4958-B3%20CA-B8873). Documento consultado no dia 21/08/2015.

«Prefácio», KAHINGA, Jerónimo, 2007.

RIBAS, Óscar, *Missosso I*, ed., MINCULT/INALD, Luanda, 2009.

RODRIGUES, Pihia, *Leste de Angola, região menos informada do País*. Disponível em [http://www.jovensdabanda.co.ao/em-destaque/leste-angola-regiao-menos-informa... Texto](http://www.jovensdabanda.co.ao/em-destaque/leste-angola-regiao-menos-informa...%20Texto) consulado no dia 16/06/2015.

SOUINDOULA, Simão, *Ochilumba. A importância do espírio de poupança nas tradições bantu para o desenvolvimento sustentável de Angola*, Luanda, 2011. Texto cedido pelo autor.

TCHIKALE, Basílio, *Sabedoria Popular dos Ovimbundus. 630 Provérbios em Umbundu*, 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2011.

ZENGO, *Alienação Mental*, Luanda, 1994.

1. BPC/DPT, “Processo de Bancarização – Educação Fijnanceira”, s.l., 13/08/2014. [↑](#footnote-ref-1)
2. In: http:/www.consumidorbancario.bna.ao/conteudosˍPC. Documento consultado no dia 18/082015. [↑](#footnote-ref-2)
3. Consultamo-lo com a autorização verbal do Dr. Afonso José, sub-director da DMF. [↑](#footnote-ref-3)
4. TCHIKALE, Padre Basílio, “Sabedoria Popular dos Ovimbundu. 630 Provérbios em Umbundu”, 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2011. [↑](#footnote-ref-4)
5. RIBAS, Óscar, "Missosso I", ed., MINCULT/INALD, Luanda, 2009, pp. 168, 193, 201. [↑](#footnote-ref-5)
6. BNA, “Educação Financeira em Angola, um projecto do Banco Nacional de Angola", Lisboa, 2013,p. 15. Documento apresentado no *Workshop sobre Inclusão e Formação Financeira*, disponível em https:www.bcplg.org/SiteCollection; baixado no dia 20/10/2014. [↑](#footnote-ref-6)
7. Banco de Poupança e Crédito/Direcção de Microfinanças, "Educação Financeira", s.l., 2014, p. 2 [↑](#footnote-ref-7)
8. Banco de Poupança e Crédito/Direcção de Microfinanças, "Educação Financeira", s.l., 2014, p. 2. [↑](#footnote-ref-8)
9. “Educação Financeira”. Disponível em <http://www.consumidorbancario.bna.ao/conteudos_PC>. Documento baixado no dia 18/08/2015. [↑](#footnote-ref-9)
10. “Serviços bancários minimos”. Disponível em <http://www.abanc.ao/educacao-financeira/conhecer_a>. Documento consultado no dia 18/08/2015. [↑](#footnote-ref-10)
11. BNA, "Educação Financeira em Angola, um projecto do Banco Nacional de Angola", in: *Workshop sobre Inclusão e Formação Financeira*, Lisboa, 2013,p.10. Disponível em https:www.bcplg.org/SiteCollection; baixado no dia 20/10/2014. [↑](#footnote-ref-11)
12. ZENGO, “Alienação Mental”, Luanda, 1994, p. 10; “O Grupo kimbundu – O centro de assimilação”, in: HENDERSON, Lawrence W., *A Igreja em Angola,* 2ª edição, Editorial Além-Mar, Luanda, 2001, p. 22. [↑](#footnote-ref-12)
13. “As línguas faladas”, in: HENDERSON, Lawrence W., *A Igreja em Angola,* 2ª edição, Editorial Além-Mar, Luanda, 2001, pp. 163-164; CIPRIANO, Sony Kambol, "O uso e o impacto das línguas locais", *in: 1º Encontro de Reflexão sobre Cultura e Ambiente no Leste de Angola,* ASLESTE, Luanda, 2004, pp.10-21 ; KEITA, Boubakar Namory, “Línguas palavra, identidade e desenvolvimento”, in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais, vol. I, nº 2, FCS/UAN, Luanda, 2011, pp.126-127. [↑](#footnote-ref-13)
14. CIPRIANO, Sony Kambol, "O uso e o impacto das línguas locais", *in: 1º Encontro de Reflexão sobre Cultura e Ambiente no Leste de Angola,* ASLESTE, Luanda, 2004, pp.10-21; KEITA, Boubakar Namory, “Línguas palavra, identidade e desenvolvimento”, in: MULEMBA, vol. I, nº 2, FCS/UAN, Luanda, 2011, p.126-127. [↑](#footnote-ref-14)
15. Talvez este seja um dos motivos pelos quais se justifica a preferência pelo uso da língua portuguesa, e o desinteresse pelas línguas nacionais por muitos jovens. Eis o depoimento de uma jovem sobre este assunto: “sinceramente, não tenho interesse nenhum em falar estas línguas”. [↑](#footnote-ref-15)
16. BENDER, Gerald, “Angola sob domínio português. Mito e realidade”, 2ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2009, pp. 348-349; MALUMBU, Moisés, “Gramática da língua umbundu”, Edizioni Viveri In, Roma, 2007, pp. 7, 27. [↑](#footnote-ref-16)
17. GUERRA, Henrique, “Estrutura Económica e Classes Sociais. Os últimos anos do colonialismo português em Angola”, Edições 70, 1979, pp.43-49. [↑](#footnote-ref-17)
18. Prentendia-se fazer evoluir o angolano forçando-o a rejeitar a sua cultura e a adoptar a portuguesa como se nela tivesse sido nascido. [↑](#footnote-ref-18)
19. As línguas nacionais, tal como outras, têm a capacidade de “captar informações; absorver matéria [...] para o seu próprio enriquecimento”. Cf. MALUMBU, Moisés, “Gramática da língua umbundu”, Edizioni Viveri In, Roma, 2007, pp. 7, 21. [↑](#footnote-ref-19)
20. Kahinga, Jerónimo, *Prefácio*, in: MALUMBU, Moisés, “Gramática da língua umbundu”, Edizioni Viveri In, Roma, 2007, p.27. [↑](#footnote-ref-20)
21. *Educação*, *in:* TCHIKALE, Padre Basílio, *Sabedoria Popular dos Ovimbundos. 630 Provérbios em umbundu*, 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2011, p. 76. [↑](#footnote-ref-21)
22. DELOITTE-BPC, “Projecto Soba – Oferta a comercializar”, s.l., 2012, pp. 3, 5; DELOITTE-BPC, “Projecto Soba – Impactos Financeiros e Benefícios Sociais”, s.l., 2012, pp.3-9; KWONONOKA, Américo, "Diversidade, educação e interculturalidade como fundamento para a consolidação da Nação Angolana", *in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências de Ciências Sociais*, vol. II, nº 3, Luanda, 2012, p.139. [↑](#footnote-ref-22)
23. KWONONOKA, Américo, “Diversidade, educação e interculturalidade como fundamento para a consolidação da Nação Angolana”, *in*: *MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais*, vol. II, nº 3, FCS/UAN, Luanda, 2012, p. 131; ORTIZ, Renato, “Cultura e Desenvolvimento”, V Campus Euroamericano D Cooperação Cultural, Almada, Portugal, 2007. Disponível in: [http://www.ufrgs.br/8731 A33A-8935-4958-B3 CA-B8873](http://www.ufrgs.br/8731%20A33A-8935-4958-B3%20CA-B8873). Documento consultado no dia 21/08/2015. [↑](#footnote-ref-23)
24. Entre os estudos cujos autores abordam essa questão mencionámos apenas os que se seguem: MALUMBU, Moisés, “Gramática da língua umbundu”, Edizioni Vivri In; Roma, 2007, p. 7;CIPRIANO, Sony Kambol, "O uso das línguas locais", *in: 1º Encontro de Reflexão sobre Cultura e Ambiente no Leste de Angola*, ASLESTE, Luanda, 2004, Luanda, p. 10-21; KEITA, Boubakar, "Línguas, palavra, identidade, desenvolvimento”, *in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais,* vol. I, nº3, FCS/UAN, Luanda, 2011; KUKANDA, Vatomene, “O papel da Autoridade Tradicional no Desenvolvimeno das Línguas Nacionais”, *in:* OLIVEIRA, Ana Maria de (coord.), *1º Encontro Nacional sobre Autoridade Tradicional em Angola*, 1ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2003, p.362. [↑](#footnote-ref-24)
25. KEITA, Boubacar Namory, “Línguas, palavra, identidade e desenvolvimento”, in: MULEMBA - *Revista Angolana de Ciências Sociais,* vol. I, nº3, FCS/UAN, Luanda, 2011; CALEY, Cornélio, “As Ciências Sociais e a dimensão cultural do desenvolvimento”, in: MULEMBA - *Revista Angolana de Ciências Sociais,* vol. I, nº3, FCS/UAN, Luanda, 2011. [↑](#footnote-ref-25)
26. KWONONOKA, Américo, "Diversidade, educação e interculturalidade como fundamento para a consolidação da Nação Angolana", *in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências de Educação*, vol. II, nº 3, Luanda, 2012, p. 131; KWONONOKA, Américo (Coord.), "A pastorícia". Exposição Temporária do Museu Nacional de Antropologia, Luanda, 2009. Material cedido em 2011 pelo ex-director do Museu Nacional de Antropologia, Américo Kwononoka. [↑](#footnote-ref-26)
27. *Economia*, *in:* TCHIKALE, Padre Basílio, *Sabedoria popular dos umbundu. 630 Provérbios em Umbundu*, 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2011, p.75. [↑](#footnote-ref-27)
28. RIBAS, Óscar, “Missosso. Literatura Tradicional Angolana”, vol. I, INALD, Luanda, 2009, pp. 168, 223. [↑](#footnote-ref-28)
29. *Economia*, *in:* TCHIKALE, Padre Basílio, *Sabedoria popular dos umbundu. 630 Provérbios em Umbundu*, 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2011, p. 73. [↑](#footnote-ref-29)
30. *Economia*, *in:* TCHIKALE, Padre Basílio, *Sabedoria popular dos umbundu. 630 Provérbios em Umbundu*, 1ª edição, Kilombelombe, Luanda, 2011, p. 73. [↑](#footnote-ref-30)
31. *Provérbios, in:* RIBAS, Óscar, “Missosso I. Literatura Tradicional Angolana”, Ministério da Cultura, Luanda, 2009, p. 229. [↑](#footnote-ref-31)
32. *Provérbios, in:* Ribas, Óscar, ibdem, p. 223. [↑](#footnote-ref-32)
33. “Algumas implicações socioeconómicas e religiosas na comunidade kímbùndù: os túmúndòngò do baixo vale do rio Kwànzà”, in: COELHO, Virgílio, *Os túmúndòngò, os «génios» da natureza e o kílàmbà. Estudos sobre a sociedade e a cultura kímbùndù*, 1ª ed., Kilombelombe, Luanda, 2010, pp.103-106. [↑](#footnote-ref-33)
34. DILOLWA, Carlos Rocha, “Contibuição à História Económica de Angola”, 2ª edição, Editorial Nzila, Luanda, 2000, pp. 15-16; MUSEU DE ANTROPOLOGIA, KAVULA, Mateus, (coord.) “A pastorícia”. Exposição temporária alusiva ao 18 de Maio, Dia Internacional dos Museus, Luanda, 2009; “O Grupo Ambo – Criadores de gado e lavradores”, in: HENDERSON, Lawrence W., *A Igreja em Angola,*2ª edição, Editorial Além-Mar, Luanda, 2001, p. 24; “O Grupo Herero – verdadeiros pastores”, in: HENDERSON, Lawrence W., *A Igreja em Angola,* 2ª edição, Editorial Além-Mar, Luanda, 2001, p. 25. [↑](#footnote-ref-34)
35. COELHO, Virgílio, “Os túmúndòngò, os «génios» da natureza e o kílàmbà. Estudos sobre a sociedade e a cultura kímbùndù”, 1ª ed., Kilombelombe, Luanda, 2010, pp.80-83; IDEM, “Textos orais e práxis ákwàkímbùndù: Kímàláwèzù kya Túmbà à Ndàlà - Um modelo de conduta, um modelo cultural”, in: METAMORFOSES, nº3, FL/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001, pp. 230-233. [↑](#footnote-ref-35)
36. SOUINDOULA, Simão, “Ochilumba. A importância do espírito de poupança nas tradições bantu para o desenvolvimento sustentável em Angola”, Luanda, 2011. Texto cedido pelo autor. [↑](#footnote-ref-36)
37. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRIÓRIO, “II Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola. Comunicado Final”, Luanda, 2008, p.4. [↑](#footnote-ref-37)
38. KUONONOCA, Américo, “A dimensão histórica das figuras tradicionais. O caso de Mwacissengue e Nyakatolo”, in: ASLESTE, *1º Encontro de Reflexão sobre cultura e Ambiente no Leste de Angola,* Luanda, 2004, pp.7-9; MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, “O poder tradicional em Angola”. Exposição Temporária alusiva ao 35º Aniversário da Independência de Angola, Luanda, 2011. [↑](#footnote-ref-38)
39. BPC, Brazio, Jorge (consultor), *Projecto Soba: proposta para análise e apreciação*, Luanda, 2011, p.2. [↑](#footnote-ref-39)
40. DELOITTE, *Projecto Soba. Expansão da rede de distribuição através de canais de prestações de serviços – Apresentação da Operativa Soba,* s.l., 2012, p. 5; PIHIA, Rodrigues, “Leste de Angola, região menos informada do País”, 2015, p. 3. Texto cedido pelo autor. [↑](#footnote-ref-40)
41. Cf. DELOITTE, BPC, “Projecto Soba. Expansão da rede de distribuição através de canais de prestadores de serviços – Comité de Steering”, s.l., 2012, pp. 6, 16; DELOITTE, BPC, “Projecto Soba. Expansão da rede de distribuição através de canais de prestadores de serviços – Apresentação da Operativa Soba”*,* 2012, pp. 6-7. [↑](#footnote-ref-41)
42. DELOITTE, BPC, “Projecto Soba. Expansão da rde de distribuição através de canais de prestadores de serviços – Apresentação da Operativa Soba”, 2012, s.d., pp. 6-7. [↑](#footnote-ref-42)
43. SILVÉRIO, ROSA, “Projecto Soba - Parecer”, Luanda, 2011, p. 1. [↑](#footnote-ref-43)
44. Direcção de Microfinanças, "Educação Financeira", Luanda, 02/09/2014, pp. 10-11. Draft. [↑](#footnote-ref-44)
45. DELOITTE, BPC, “Projecto Soba. Expansão da rde de distribuição através de canais de prestadores de serviços – Apresentação da Operativa Soba”, 2012, s.d., p.3. [↑](#footnote-ref-45)
46. Ideia herdada do colonialismo. Cf. CALEY, Cornélio, “Ciências Sociais e a dimensão cultural do desenvolvimento”, in: MULEMBA – Revista Angolana de Ciências Sociais, edições Mulemba, vol. I, nº, FCS/UAN, Luanda, 2011, p.105. [↑](#footnote-ref-46)
47. RODRIGUES, Pihia, “Leste de Angola, região menos informada do País”, 2015, p. 3. Texto cedido pelo autor [↑](#footnote-ref-47)
48. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, “1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola. Conclusões”, Luanda, 2002, p.3. RODRIGUES, Pihia, ibidem. [↑](#footnote-ref-48)
49. MPANZO, Alexandrino Nunes, “A aposta do BNA na educação financeira: uma escolha acertada”, in: <http://expansao.co.ao/Artigo/Geral/51624>. Documento consultado no dia 10/06/2015. [↑](#footnote-ref-49)
50. RODRIGUES, Pihia, ibidem. [↑](#footnote-ref-50)
51. Trata-se de marketing bancário com dimensão cultural. [↑](#footnote-ref-51)
52. BPC/DMF, “Educação Financeira”, Luanda, 2014, p. 10. [↑](#footnote-ref-52)
53. MALUMBU, Moisés, “Angola – Gestão e Dinâmica dos Recursos”, Edizioni Viveri In, Roma, 2005, pp. 76, 79. [↑](#footnote-ref-53)
54. BAMGBOSE, apud, ZAU, Filipe., “Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento”, Movilivros, Luanda, 2013, p. 49. Nota 49. [↑](#footnote-ref-54)
55. Acréscimo do autor. [↑](#footnote-ref-55)
56. KEITA, Boubacar N., "Antropologia Cultural e Social (ou Etnologia). Texto de Estudo", s.l., s.d., p. 14. [↑](#footnote-ref-56)
57. O Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA) foi a instituição que em Angola deu início a formação de educadores sociais. [↑](#footnote-ref-57)
58. DELOITE & BPC, Brazia, Jorge, (consultor), “Projecto Soba. Proposta para análise e apreciação”, 2011. [↑](#footnote-ref-58)
59. KEITA, Boubakar, “Línguas, palavra, identidade e desenvolvimento”, *in*: *MULEMB –* Revista Angolana de Ciências Sociais*,* FCS/UAN, vol. I, nº 2, Luanda, 2011, pp. 119-135. [↑](#footnote-ref-59)